

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
PROCURADORIA-GERAL



PROCESSO: 202034712333
ORIGEM: PROT GER SESDEM
INTERESSADO: SESDEM
ASSUNTO: SOLICITAÇÃO
COMPLEMENTAR: AQUISIÇÃO DE COLETES E ALGEMAS

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. FORMAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO. AQUISIÇÃO FUTURA DE COLETES BALÍSTICOS E ALGEMAS EM AÇO INOX. AUTORIZAÇÃO DAS LEIS FEDERAIS N° 8.666/93 E N° 10.520/2002; DO ART. 2°, S 1° E ART. 7° DO DECRETO MUNICIPAL N° 5.868, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017. E DECRETO MUNICIPAL N° 5.864, DE 16 OUTUBRO DE 2017, QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO. PELA APROVAÇÃO DA MINUTA DO EDITAL E SEUS ANEXOS, COM RESSALVAS.

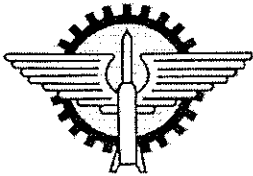
PARECER

1 - RELATÓRIO

O processo em tela trata-se de procedimento licitatório aberto pela Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Mobilidade Urbana - SESDEM, visando a formação de Ata de Registro de Preço para aquisição futura de COLETES BALÍSTICOS NÍVEL III E ALGEMAS EM AÇO INOX, para utilização no policiamento ostensivo visando proteger a integridade física da Guarda Municipal.

Registra, na oportunidade, que os autos tramitaram perante a Comissão Permanente de Licitação - CPL/SESAD, a qual proferiu manifestação, às fls. 85, sugerindo adequações ao Termo de Referência, o que prontamente fora atendido, nos termos do documento de fls. 87-92v.

O valor médio está orçado em R\$ 573.035,50 (quinhentos e setenta e três mil, trinta e cinco reais e cinquenta centavos), nos termos da pesquisa mercadológica contida em fls. 28-30



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
PROCURADORIA-GERAL



O caderno processual está instruído com: Memorando n° 059/2020 (fls. 01-04); Ofício n° 092/2020 (fls. 05-06); Termo de referência (fls. 07-12v); Autorização do Secretário da SESDEM (fls. 13); Solicitação de despesa (fls. 15); Despacho COP/SEARH (fls. 17); Novo Termo de Referência (fls. 20-25v); Despacho SESDEM (fls. 26); Nova solicitação de despesa (fls. 27); Ata da 226ª Reunião da Comissão Orçamentista Permanente - COP/SEARH (fls. 28-29); Despacho COP/SEARH (fls. 85); Novo Termo de Referência (fls. 87-92v); Despacho SESDEM (fls. 93); Minuta de Pregão Eletrônico e anexos (fls. 95-151); Lista de Verificação (fls. 152-156); Despacho de encaminhamento SESDEM (fls. 159).

Sendo o que havia a relatar, passo a opinar, em obediência ao art. 38, parágrafo único, da Lei Federal n° 8.666/93.

2 - DA ANÁLISE DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO

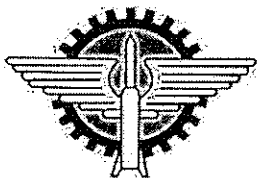
Às fls. 167-133, estão anexados o edital do Pregão, na modalidade eletrônica, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, na modalidade de disputa aberto, e seus respectivos anexos.

Da análise dos termos do edital vê-se que encontra-se em consonância com os regramentos contidos no art. 40 da Lei de Licitações, o qual elenca as cláusulas necessárias a todo edital de licitação.

Em relação à modalidade licitatória e a forma escolhidas, quais sejam, Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço por Lote, encontramos amparo na Lei Federal n° 10.520/2002, que instituiu o Pregão, bem como no Decreto Municipal n° 5.868, de 23 de outubro de 2017, que regulamenta a modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito do Município de Parnamirim/RN.

O objeto da licitação trata da aquisição de bens comuns - equipamento de Raios-X - o que determina a adoção do Pregão Eletrônico como modalidade adequada, em consonância com o já mencionado Decreto n° 5.868, de 23 de outubro de 2017. Vejamos:

Art.2º Pregão é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, com a presença de todos os licitantes, por meio de



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
PROCURADORIA-GERAL



propostas de preços escritas e lances verbais, ou na forma eletrônica, realizada quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância, também em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

§1º Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

(...)

Art.7º Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será utilizada a modalidade pregão presencial ou eletrônico, devendo ser adotada preferencialmente a forma eletrônica, salvo decisão motivada do Prefeito.

Parágrafo único. Quando houver recursos federais oriundos de transferências voluntárias, será necessariamente utilizada a licitação na forma eletrônica.

(Negritos acrescentados.)

No mesmo sentido milita a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União:

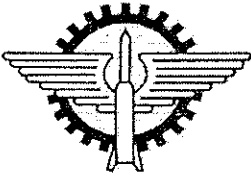
Enunciado:

Para a aquisição de bens comuns a Administração deve utilizar a modalidade Pregão na sua forma eletrônica ou, na impossibilidade de fazê-lo, apresentar as devidas justificativas.

Acórdão 2174/2012 - Plenário

Enunciado:

É regra geral a utilização do pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns por parte de instituições públicas,



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
PROCURADORIA-GERAL



nelas inclusas agências reguladoras, sendo o uso do pregão presencial hipótese de exceção, a ser justificada no processo licitatório.

Acórdão 2753/2011 - Plenário

Enunciado:

Apesar de não existir comando legal que obrigue o Poder Judiciário a utilizar, sempre que possível, o pregão eletrônico para suas contratações, seus órgãos devem motivar a escolha da forma presencial, sob pena de se configurar possível ato de gestão antieconômico.

Acórdão 1515/2011 - Plenário

No tocante ao Sistema de Registro de Preços, observa-se que o Município também possui regramento específico, o qual fora disciplinado através do Decreto nº 5.864/2017, trazendo a seguinte definição em seu artigo 1º:

Art. 1º. As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da administração pública municipal direta e indireta e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município, obedecerão ao disposto neste Decreto.

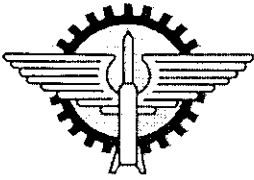
Igualmente, o referido diploma apresenta as seguintes definições:

Art. 2º. Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

A possibilidade utilização do Sistema de Registro de preço está prevista nos termos do artigo 3º e seus incisos, do aludido decreto:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
PROCURADORIA-GERAL



Art.3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

O professor Marçal Justen Filho, leciona que:

O artigo 15 evidencia que a contratação administrativa não deve ser mais onerosa e menos eficiente do que a do setor privado. Um dos meios fundamentais de obtenção da eficiência consiste no sistema de registro de preços. Através dele, a administração poderá efetivar aquisições de modo mais eficaz. (...)" (JUSTEN FILHO, 2010, p. 184)

Ainda, o referido doutrinador explica:

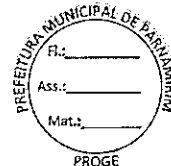
Em princípio, o registro de preços apenas apresenta sentido quando for possível realizar uma pluralidade de aquisições. Não teria sentido promover licitação de registro de preços e concretizar uma única aquisição. Não que isso seja proibido - apenas não se caracterizará registro de preços quando se facultar que a Administração esgote todo o quantitativo em uma única aquisição.

A despeito do Sistema de Registro de Preço, o Tribunal de Contas da União, em interpretação ao artigo 15 da Lei 8.666/93, proferiu a seguinte decisão:

Com efeito, a Lei n. 8.666/1993 não faz vedação à utilização do SRP para a contratação de serviços, em que pese ser expressa quanto à obrigatoriedade para a aquisição de compras, sempre que a utilização de tal sistema mostrarse possível: (Acórdão nº 1.487/2007, Plenário, Rel. Min. Valmir Campelo. Processo TC nº 008.840/2007-3).



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
PROCURADORIA-GERAL



Observa-se, com isso, que sempre que possível deverá a Administração Pública valer-se do Sistema de Registro de Preço, uma vez que todo o procedimento licitatório já haver sido ultimado quando eventualmente vier a contratação, a posteriori, bastando, assim, apenas a convocação do fornecedor para os demais atos que sucederem.

Nota-se, com base nisso, que o procedimento a ser realizado encontra-se adequado.

Adentrando no mérito dos autos, verifica-se que a minuta de edital apresentada, como dito, encontra-se em perfeita sintonia com o ordenamento jurídico, contendo, em sua generalidade, todas as cláusulas necessárias.

Todavia, importante fazer ressalva para a necessidade de se incluir, no referido instrumento convocatório, a necessidade de os produtos objeto da licitação possuírem registro junto aos órgãos competentes.

Prosseguindo, às fls. 133-141 foi anexada minuta do termo de Contrato, nela constando as cláusulas necessárias ao seu objeto, descritas nos artigos 54 e 55 da Lei Federal nº 8.666/93, que assim dispõem:

Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

(...)

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
PROCURADORIA-GERAL



- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII - os casos de rescisão;
- IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

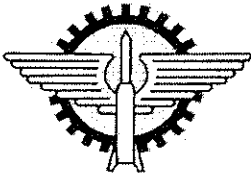
(...)

§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei.

(...)"

Ressalva, contudo, para a necessidade de retificação da CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO, para fins de incluir o prazo de entrega dos bens após assinatura do respectivo instrumento contratual.

Por derradeiro, em análise aos elementos constitutivos presentes neste caderno processual, observa-se que o rigor estabelecido no ordenamento jurídico fora satisfatoriamente cumprido. Dessa maneira, os autos, seguir o seu regular fluxo ao alcance do fim que se deseja.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
PROCURADORIA-GERAL



4 - CONCLUSÃO

Do exposto, com fundamento nos documentos acostados aos autos, em atendimento ao mandamento do parágrafo único do art. 38 da Lei de Licitações, e em consonância com a legislação pátria que rege a matéria, explicitada nos itens 2 e 3 desta peça, opino pela aprovação da minuta do edital e seus anexos, visando a aquisição de coletes de proteção balístico e algemas em aço inox, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as necessidades das unidades hospitalares deste Município, conforme expressa previsão contida nas leis federais nº 8.666/93 e nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 5.868, de 23 de outubro de 2017, que regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito do município de Parnamirim/RN e 5.864, de 16 de outubro de 2017, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93.

Cingem-se as ressalvas à necessidade de:

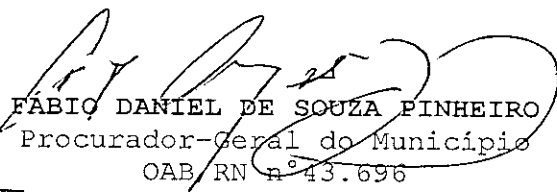
a) Inclusão no edital de que os itens devem estar registrados no órgão competente;

a.1) Na eventualidade de o produto ser isento/dispensado de registro, apresentação de cópia do ato que o declare a isenção;

b) Retificação da CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA, do instrumento contratual, para fins de incluir o prazo de entrega do bem;

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Parnamirim/RN, 11 de setembro de 2020.


FÁBIO DANIEL DE SOUZA PINHEIRO
Procurador-Geral do Município
OAB/RN nº 43.696

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO PROGE	
TERMO DE REMESSA	
Aos <u>14</u> dias do mês de <u>09</u> do ano de <u>2020</u> , nesta data, faço a remessa deste processo <u>202034712333</u> (ao) <u>SEDEM</u> , contendo <u>01</u> volume(s) com <u>163</u> de folhas numeradas e rubricadas.	
01	<u>9000 29262</u>
	Assinatura/ Nome/ Matrícula

www.parnamirim.rn.gov.br

8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN SEC. MUN. DE SEGURANÇA, DEF. SOCIAL E MOB. URB. PROTOCOLO	
TERMO DE RECEBIMENTO	
Aos <u>14</u> dias do mês de <u>setembro</u> do ano de <u>2020</u> , nesta data, faço recebimento de processo <u>202034712333</u> oriundo do(a) <u>PROGE</u> contendo <u>1</u> volume(s) com <u>163</u> folhas numeradas e rubricadas.	
	<u>01 29.424</u>
	Assinatura/ Nome/ Matrícula